

# Maternidade e ambiente prisional: o documentário *C(elas)* e a ala materno-infantil da Penitenciária Feminina de Cariacica (PFC/ES)

Maternity and prison environment: the documentary *C(elas)* and the nursery of the Cariacica Women's Penitentiary (PFC/ES)



## Gabriela Santos Alves

*Professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Pós-doutoranda em Comunicação e Cultura (Eco-UFRJ). Integra o grupo de pesquisa CIA (Comunicação, imagem e afeto/CNPq) e o Programa de Extensão Próximos Olhares (UFES). É uma das realizadoras do Cineclube e da Mostra Feministas de Quinta e da Mostra Tereza de Benguela. Áreas de interesse acadêmico: cultura audiovisual, feminismo e memória.*

*No campo da realização audiovisual dirigiu e roteirizou o curta-metragem *C(elas)* (2017), que trata da relação entre maternidade e ambiente prisional; atualmente desenvolve roteiro de longa metragem sobre o mesmo tema e coordena equipe que desenvolve documentário sobre a condição de refugiados no Espírito Santo.*

*E-mail: gabriela.alves@ufes.br.*

### RESUMO

*A proposta deste artigo é apresentar uma reflexão que tem como destaque um ambiente específico, a penitenciária, objetivando abordar a relação entre maternidade e ambiente prisional na ala materno-infantil da Penitenciária Feminina de Cariacica (PFC/ES). Essa reflexão é promovida a partir da experiência que vivi em 2016, período das gravações do curta-metragem *C(elas)*, documentário que dirigi e roteirizei e que foi gravado na ala, e justifica-se pela urgência de debate sobre o tema, face ao alarmante e contínuo crescimento da população carcerária feminina no Brasil nos últimos 15 anos, que foi de 567,4%.*

### PALAVRAS-CHAVE

*Mulheres em privação de liberdade; ala materno-infantil; documentário; maternidade.*

## ABSTRACT

*The purpose of this article is to present a reflection that focuses on a specific environment, the penitentiary, aiming to address the relationship between maternity and the prison environment in the nursery of the Cariacica Women's Penitentiary (PFC/ES). This reflection is promoted from the experience I lived in 2016, the recording of the short film *C(elas)*, a documentary I directed and screened and was recorded in the ward, and is justified by the urgency of debate on the subject, alarming and continuous growth of the female prison population in Brazil in the last 15 years, which was 567,4%.*

## KEYWORDS

*Women in deprivation of liberty; nursery; documentary; maternity.*

## Apontamentos iniciais

A temática da maternidade na prisão tem sido presente em meus estudos desde 2014, quando a partir das reflexões sobre feminismo e violência contra a mulher me deparei com o altíssimo e crescente número de mulheres encarceradas no Brasil. O tema, então, passou a ser o objeto central de minha pesquisa acadêmica, cujo projeto de pesquisa se intitula *Clausuras*, e também de minha produção artística, na realização de documentário e roteiros que tratam da temática. O objetivo, nos próximos anos da pesquisa acadêmica e artística, é refletir sobre os territórios e sentidos de outras clausuras femininas, institucionalizadas ou não, em ambientes além da penitenciária: hospital psiquiátrico, o espaço urbano e o lar.

Este artigo é, assim, um recorte dessa pesquisa e foi construído a partir de minha experiência com as mulheres presentes na ala materno-infantil da Penitenciária Feminina de Cariacica (PFC/ES), em setembro de 2016, durante as gravações do filme *C(elas)*, documentário de curta-metragem que roteirizei e dirigi e que trata da relação entre maternidade e ambiente prisional a partir das experiências e sentimentos das mulheres grávidas ou recém-mães que estavam em período de privação de liberdade na ala.

Sobre o aporte teórico que assumo, ele parte da percepção do patriarcado como uma estrutura social e cultural excludente e que constrói práticas cotidianas a fim de favorecer sua perpetuação, e por consequência, as relações desiguais entre os gêneros, estabelecidas muitas vezes a partir de situações de violência, física e/ou simbólicas, contra as mulheres. Na luta pelo fim



dessas desigualdades e discriminações, o feminismo constrói-se como um empenho ético e um movimento social que objetiva evidenciar as múltiplas formas em que essas práticas, ao que comumente chamamos de machismo, se entrelaçam e se reforçam mutuamente: leis, costumes, universo simbólico, instituições, categorias conceituais, organização econômica, mensagens midiáticas, novelas, filmes etc. (MONTEIRO; NAVARRO, 2002). O feminismo é, portanto, a luta por um direito humano universal.

Na obra *Los cautiverios de las mujeres*, a antropóloga Marcela Lagarde aponta o que entende e classifica como cativo, categoria teórica que expressa o funcionamento e o reconhecimento das formas de ser mulher em várias culturas: apesar das conquistas obtidas até hoje, a vida de todas nós no mundo contemporâneo ainda está condicionada à hegemonia patriarcal, estejamos na condição de mães-esposas ou religiosas, prostitutas, presas ou loucas. A partir dessas referências simbólicas de estereótipos sociais e culturais e que sintetizam normas paradigmáticas de gênero, a autora constrói sua análise não só dos cativos femininos, mas também das formas de sobrevivência das mulheres em situação de opressão (2014). A partir da reflexão de Marcela, apresento a questão chave que examino neste artigo: o extremo da clausura feminina vivido pelas mulheres que estão em situação de privação de liberdade e, especialmente, nesse universo, as mulheres que vivenciam no cárcere um dos períodos mais simbólicos da condição feminina: a gravidez e o puerpério.

Além da reflexão de Lagarde, recorro à proposta de Foucault (1999) sobre a sociedade disciplinar, na qual o autor destaca os espaços considerados por ele como aqueles em que a disciplina e a docilidade das relações e dos corpos se constituem: a fábrica, o quartel, o hospital, a escola e a prisão, em especial esse último, acrescentando aí o papel do espaço doméstico como território onde essa disciplina também se constitui, especialmente em relação ao corpo feminino e à prática da maternagem. Nessa mesma linha de abordagem, Bordo (1997) chama a atenção para a disciplinarização do corpo feminino, cujas forças e energias estão constantemente submetidas ao controle externo.

Um dado importante e impulsionador desta reflexão é o aumento, entre os anos de 2000 e 2014, da população carcerária feminina no Brasil, que cresceu 567,4%, o que corresponde a 37 mil presas, segundo dados do De-



partamento Penitenciário Nacional (Depen) – neste mesmo período, o aumento do número de homens presos foi de 220,20%. Para além desse dado, acredito ser importante refletir sobre questões de gênero no sistema carcerário brasileiro, que trata as mulheres exatamente como trata os homens, não atentando para práticas cotidianas e necessárias, como por exemplo, maior quantidade de papel higiênico, exames pré-natais e preventivos e fornecimento de absorventes.

## **Mulheres em situação de privação de liberdade no Brasil: patriarcado e sua teia invisível**

Na estrutura quase invisível que é o patriarcado, o próprio uso do conceito é pouco difundido, até mesmo para demarcar a necessária diferença entre machismo e patriarcado: enquanto o primeiro é uma atitude ou uma conduta, que pode ser tanto individual quanto coletiva, o segundo está ligado a toda uma estrutura social, evidente desde ações cotidianas, como a responsabilidade pelas tarefas domésticas e a criação dos filhos, até a diferença salarial no mercado de trabalho, que hoje no Brasil é de 30%, ou seja, as mulheres recebem em média 70% dos salários pagos aos homens para executarem as mesmas tarefas e funções.

Certamente constituído desde a pré-história, esse sistema de dominação que valoriza e sobrepõe homens em relação a mulheres chega a ser tão universal que várias de suas ações são consideradas naturais, inclusive presentes na nossa linguagem: quem nunca pensou ou disse, ao ver uma criança em ato de rebeldia, birra ou choro: “onde está a mãe dela/e?”. Por que não se diz: “onde está o pai?”, ou então quando mãe e/ou pai em idade avançada ficam doentes, qual imagem é criada no imaginário coletivo associada à ideia do cuidado? A da filha ou a do filho?

Esses são exemplos pontuais de manifestações do sistema patriarcal, mas é possível pensá-las em várias outras instâncias, como socioeconômica (trabalho não remunerado e a dependência econômica), cultural (educação androcêntrica – quantos livros assinados por mulheres há nas bibliotecas das universidades brasileiras?) e psicológica (falta de expectativa de sucesso e limitação de seus próprios interesses). Todas elas são, no fundo, ações de cerceamento das condutas femininas, com o objetivo de criar padrões,



muitas vezes únicos, de comportamento, pensamento e ação para as mulheres. São demarcações tão invisíveis e naturalizadas quanto o próprio patriarcado, mas que trazem às mulheres limitações expressivas. É o que Marcela Lagarde classifica como cativo, categoria teórica apresentada no início deste texto (2014).

O quadro teórico construído por Marcela é de extrema relevância para os estudos feministas, já que possibilita reflexões das mais variadas sobre as condições e cotidianos das mulheres, presas em tantas normas de conduta. O que caracterizo neste texto é o cativo institucional, ou seja, mulheres que vivem em penitenciárias, o que pode ser entendido com a situação de mulheres re-presas, ou presas duplamente, cuja casa é a prisão.

Nessa condição paradigmática de re-prisão, o cárcere feminino físico no Brasil é composto por números alarmantes: os dados levantados pelo Depen e expressos no relatório de 2014 apontam para uma curva ascendente do encarceramento em massa de mulheres no Brasil: houve um salto espantoso, entre os anos de 2000 a 2014, período em que a população carcerária feminina subiu de 5.601 para 37.380 detentas, o que significa um crescimento de 567% em 15 anos.



Pelos dados do World Female Imprisonment List, relatório produzido pelo Institute for Criminal Policy Research da Birkbeck, University of London, existem mais de 700.000 mulheres presas em estabelecimentos penais ao redor do mundo: “em números absolutos, o Brasil tinha em 2014 a quinta maior população de mulheres encarceradas do mundo, ficando atrás dos Estados Unidos (205.400 mulheres presas), China (103.766), Rússia (53.304) e Tailândia (44.751)” (Deppen, 2014, p. 8).

Os dados do Depen permitem, também, compreender a maior vulnerabilidade da mulher encarcerada no Brasil: jovem (metade tem até 29 anos), solteira (57%), negra (67%), com escolaridade extremamente baixa (50% não concluiu o ensino fundamental). Mostram, ainda, que as detentas são, em geral, chefes de família e responsáveis pelo sustento dos filhos, sendo que 80% delas são mães. Essas mulheres representam, justamente, o perfil mais vulnerável à opressão de gênero no Brasil.

Várias pesquisadoras têm sido sensíveis ao tema e se dedicado a refletir sobre esse preocupante cenário. Entre elas destaco as contribuições de Nana

Queiroz, com o livro *Presos que menstruam*, e de Debora Diniz, autora de *Cadeia*. Debora empreendeu longo trabalho de pesquisa na Penitenciária Feminina do Distrito Federal e de pesquisadora passou a escutadora e escritora sobre o presídio. Em quase seis meses de escutas quase que diárias às mulheres, pôde buscar e construir histórias “no miúdo”, ou seja, formas particulares de viver e sobreviver entre as grades. Seu objetivo não era fazer perguntas e sim, escutar; queria esquecer os números e recuperar as vozes. Essa biografia das “mulheres da máquina do abandono” é permeada por histórias contadas de forma singular, mas que refletem uma realidade coletiva, marcadas por abandono e dor:

Eu estou grávida tem de 1 mês e 13 dias que minha menstruação não desse, e gostaria de pedir roupas e sandália não tenho vizita e sou moradora de rua e queria aviza meu irmão que estou presa. Telefone. Anderson, meu irmão”. (DINIZ, 2015, p. 26)

O livro de Nana é resultado de cinco anos de pesquisa, realizada entre 2010 e 2015 em todas as regiões do país. Seu ponto de partida foram os poucos dados e um grande silêncio relacionados ao tema. Assim como a maioria das pesquisadoras que se propõem a refletir sobre o assunto, também se deparou com uma série de dificuldades para acessar o sistema prisional, geralmente impostos pelas secretarias de segurança pública dos estados que visitou – o que me parece uma clara tentativa de tornar o cotidiano dessas mulheres ainda mais invisibilizado. A autora foca sua narrativa na história de sete presidiárias e suas experiências, que funcionam como uma amostra da realidade vivida pelas mais de 30 mil mulheres presas hoje no Brasil.

Uma das grandes contribuições da autora para o debate e conscientização em relação à população carcerária feminina no Brasil é sobre a situação das gestantes e recém-mães nas penitenciárias brasileiras, também marcada pela falta de estrutura e cuidado no atendimento. Além desse descaso, há casos de tortura, como o da detenta que deu à luz dentro de uma cela de solitária na Penitenciária de Talavera Bruce, no Complexo Penitenciário de Bangu, zona oeste do Rio de Janeiro, no final de 2015.

Os dados do Depen sobre a infraestrutura das penitenciárias femininas e mistas (as que recebem homens e mulheres) também oferecem informações relevantes: a existência – primeiro passo para garantia de acesso – de



equipamentos e espaços que tornem a maternidade, no ambiente prisional, minimamente viável, ou seja, a existência de cela específica para gestantes, de berçário, de creche e de centro de referência materno-infantil nas prisões. Em relação à infraestrutura das unidades que custodiam mulheres, menos da metade dos estabelecimentos femininos dispõe de cela ou dormitório adequado para gestantes (34%). Nos estabelecimentos mistos, apenas 6% das unidades dispõem desse espaço.

Quanto à existência de berçário ou centro de referência materno-infantil, 32% das unidades femininas dispunham do espaço, enquanto apenas 3% das unidades mistas o contemplavam, sendo que apenas 5% das unidades femininas dispunham de creche, não sendo registrada nenhuma creche instalada em unidades mistas. O número total de detentas grávidas ou recém-mães nas penitenciárias brasileiras é de difícil mensuração, já que devido ao baixo número de celas ou dormitórios adequados, as chamadas alas materno-infantil recebem mulheres que cumprem pena e também as que ainda não foram julgadas, o que torna a rotatividade desses espaços muito alta.



*Nascer nas prisões* é o primeiro estudo a descrever, em nível nacional, exclusivamente o perfil da população feminina encarcerada que vive com seus filhos em unidades prisionais femininas das capitais e regiões do Brasil, assim como as características e as práticas relacionadas à atenção, à gestação e ao parto durante o encarceramento. Realizado pela Fundação Fiocruz entre os anos de 2012 e 2014 a partir de um censo nacional e sob coordenação das pesquisadoras Maria do Carmo Leal e Alexandra Roma Sánchez revela, por exemplo, que mais de um terço das mulheres presas grávidas relataram o uso de algemas na internação para o parto, 83% tem pelo menos um filho, 55% tiveram menos consultas de pré-natal do que o recomendado, 32% não foram testadas para sífilis e 4,6% das crianças nasceram com sífilis congênita (Portal Fiocruz, 2017).

Ainda segundo dados do estudo, na maioria dos estados brasileiros a mulher grávida é transferida no terceiro trimestre de gestação de sua prisão de origem para unidades prisionais que abrigam mães com seus filhos, geralmente localizadas nas capitais e regiões metropolitanas. Essas mulheres são levadas ao hospital público para o parto e retornam à mesma unidade onde permanecem com seus filhos por um período que varia de seis meses a seis anos: a maioria, contudo, permanece com a criança entre seis meses e um

ano, dada a falta de estrutura dessas alas para abrigarem crianças. Depois desse período, geralmente as crianças são entregues aos familiares maternos/paternos, ou, na ausência destes, vão para abrigos e a mãe retorna à prisão de origem.

Para Gardênia, uma das personagens do livro de Nana Queiroz, o direito ao parto com o mínimo de estrutura e cuidado no atendimento não foi assegurado, já que ficou algemada à cama durante boa parte do trabalho de parto e foi transportada às pressas para a maternidade: “entre uma contração e outra, ela foi observando a rua, as pessoas que olhavam o carro com medo, com curiosidade, com hipocrisia. A ninguém importava Gardênia ou o bebê que carregava. Eles eram o resto do prato daquela sociedade. O que ninguém quis comer. E seu filho já nascia como sobra” (Queiroz, 2015, p. 102).

## ***C(elas)* e a ala materno-infantil da Penitenciária Feminina de Cariacica (PFC/ES)**

O curta-metragem *C(elas)* nasceu como uma proposta de realizar uma narrativa audiovisual sobre mulheres grávidas e/ou mães em situação de privação de liberdade que retratasse as mulheres, a ala materno-infantil da Penitenciária Feminina de Cariacica/ES (PFC) e a vivência da maternidade nesse espaço a partir de um olhar positivo em relação a elas e às suas experiências. Acredito que o audiovisual, em especial o documentário, é uma ferramenta potente para a construção de visibilidade de temas, pessoas e situações que não encontram espaço de representatividade na mídia tradicional (telejornais, jornais impressos, portais de notícias) ou quando encontram, deparam-se com narrativas marcadas por linguagens e estéticas muitas vezes preconceituosas e excludentes.

O filme foi gravado durante o mês de setembro de 2016, em sete visitas (diárias de gravação) que duravam quatro horas cada e que foram supervisionadas pela equipe da PFC e também pela equipe de Assessoria de Comunicação da Secretaria de Justiça do Espírito Santo. A ala materno-infantil recebe mulheres que estão nos últimos meses de gravidez e/ou com filhos recém-nascidos de todo o estado do ES, já que a PFC é a única que conta com estrutura para receber as mulheres em situação de privação de liberdade que estão vivenciando a reta final da gravidez e /ou o puerpério.



A fim de atender à orientação dada pela Secretaria de Justiça do Espírito Santo, os rostos das mães, bem como os das crianças, não são mostrados no filme, bem como nas imagens que apresento a seguir. Essa orientação busca atender ao Estatuto da Criança e do Adolescente no que tange ao direito de preservação da imagem e da identidade da criança — nesse contexto, identificar a mãe é uma forma de, indiretamente, identificar a criança. A fotografia do filme, assim, é construída de forma a promover essa preservação.

A ala materno-infantil está instalada em um pavilhão exclusivo da PFC e conta com seis quartos, sendo que cada um deles pode abrigar duas mulheres e dois recém-nascidos. Cada quarto possui duas camas, dois armários, dois berços e um banheiro próprio. Na entrada da ala há uma brinquedoteca, com alguns brinquedos, pequenas mesas e cadeiras. Seguindo na direção de seu corredor, há três quartos do lado esquerdo e três do lado direito e ao final da ala há um pátio, com tanque, varal para roupas e cadeiras de plástico. Há também uma gaiola com dois periquitos, provenientes de doação. Ainda na entrada da ala há mais um quarto, em frente à brinquedoteca, destinado a mulheres que cumprem algum tipo de punição, geralmente por mau comportamento, e que ficam, portanto, privadas do contato com as demais mulheres da ala.

A imagem abaixo, assim como todas as que são apresentadas neste artigo, são *frames* do filme e possuem, por isso, autorização para serem exibidas. Nesta primeira imagem é possível visualizar o corredor da ala, no sentido contrário ao de sua entrada principal, que está no fim do corredor. Veem-se, também, as entradas de acesso aos quartos:



As imagens seguintes são referentes ao espaço da ala em que as mulheres, e nós da equipe de filmagem, passávamos mais tempo: o pátio, ou quintal, espaço da ala de acesso livre e onde as mulheres e as crianças realizavam várias de suas atividades, como lavar as roupas dos bebês, estendê-las, estar com as crianças nos carrinhos — como a maioria são bebês recém-nascidos, costumam ficar menos tempo nos colos das mães.

Lá era onde conversávamos sobre vários assuntos, desde amamentação, parto, relação entre as mulheres da ala, até o assunto mais delicado de todos e que é a questão principal do filme: o que é ser melhor mãe? É aquela que, ao ter a criança, entrega-a para que seja de imediato criada do lado de fora, não a amamentando e, por conseguinte, não gerando um vínculo ainda maior entre mãe e bebê ou é melhor mãe a que tem a criança e decide amamentá-la, passando alguns meses com o bebê na ala e entregando-o em seguida, garantindo a amamentação mas quebrando esse vínculo fundamental de maneira ainda mais brusca e violenta?





Não há resposta simples para esse questionamento. O melhor caminho, acredito, é o do abolicionismo penal e, num contexto em que as prisões ainda persistem, a prisão domiciliar, em que mãe e bebê possam estar juntos. O cotidiano de mulheres grávidas e/ou com filhos recém-nascidos que vivem na ala é duro e marcado por várias violências, tanto físicas quanto simbólicas, que vão desde a realização deficitária de exames pré-natais até a permanente e cruel dúvida sobre o que fazer em relação ao bebê que nascerá.

O duro questionamento enfrentado por essas mães possibilita que encare-

mos a situação vivida por essas mulheres como uma repressão, já que vivem duas espécies de claustros: o institucional e o social, esse último ligado aos padrões e normas de comportamento impostas sobre o corpo feminino em relação ao ideal da maternagem. Foucault (1999), ao construir sua teoria sobre a sociedade disciplinar, normatização do comportamento e docilidade dos corpos, atribui importância a espaços como a escola, o hospital, o quartel, a fábrica e especialmente a *prisão* como territórios determinantes no ato disciplinador da sociedade moderna:

A disciplina não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho, ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma ‘física’ ou uma ‘anatomia’ do poder, uma tecnologia. E pode ficar a cargo seja de instituições ‘especializadas’ (as penitenciárias, ou as casas de correção do século XIX) seja de instituições que dela se servem como instrumento essencial para um fim determinado (as casas de educação, os hospitais) (...)(FOUCAULT, 1999, p. 177).

As instituições modernas apontadas por Foucault continuam presentes, bem como suas práticas de controle e disciplina, ao mesmo tempo em que reforçam e reelaboram seus mecanismos de poder — o encarceramento em massa de mulheres no Brasil é uma prova disso. Para além delas, a instituição “família” e por consequência as relações intrafamiliares, apesar de apontadas pelo autor, não foram suficientemente problematizadas, em especial o poder disciplinador do aparelho administrativo “casa”, que denomino aqui como “espaço doméstico”. Nessas relações, papéis de gênero são construídos e normatizados, hierarquias são construídas, “essencialmente na célula pais-filhos” (p. 178) e relações desiguais de gênero se perpetuam, como a histórica atribuição quase exclusiva às mulheres das atividades domésticas e dos cuidados e criação dos filhos.

Nessa linha, proponho pensar o privado como público e, assim, assumir o espaço doméstico como território de crítica, já demarcado pela perpetuação de relações desiguais de gênero. No filme *C(elas)*, quando uma das mulheres protagonistas questiona-se sobre como deve agir para ser considerada uma melhor mãe, é possível notar em sua fala um grande receio, que por causa vez é resultado de uma construção social comum a grande



parte das recém-mães, que mesmo não estando presas em instituições, vivem sob a égide do controle de suas ações perpetuadas no imaginário e na ação coletivos e que norteia a prática feminina na tarefa da maternagem: idealização, sonho, santificação e medo de errar.

Bordo (1997) chama atenção para a disciplinarização do corpo feminino, cujas forças e energias estão constantemente submetidas ao controle externo. Sua concepção reforça o que Foucault chamou de corpos dóceis: além de sujeitos a esse controle externo, os corpos femininos são alvo constante de transformações e modificações na busca por um ideal de perfeição, postos em prática através de alguns dispositivos disciplinares específicos: dietas rigorosas, ideais de magreza e definição muscular e regras sobre maquiagem e vestuário que propõem um ideal de feminilidade homogeneizante e sempre em mutação, levando a uma busca sem fim por resultados próximos aos padrões estéticos vigentes.

Para além dos aspectos físicos e estéticos, mais voltadas para a automodificação e o autoflagelo, a disciplina reguladora dos corpos femininos busca converter as mulheres em sujeitos menos inseridos na esfera pública, nos meios sociais e na vida política. Induzidas por essas disciplinas rigorosas, é comum que as mulheres passem desde a infância até a vida adulta acreditando na ideia do fracasso, entregando-se às sensações de carência e insuficiência, com a convicção de que não são tão boas quanto deveriam ser e, como consequência desse quadro, voltando-se à ocupação do espaço doméstico como único território possível de ação e realização.

A vivência e prática da maternagem por mulheres em regime de privação de liberdade não foge a essa lógica. Durante o período em que estive na Penitenciária e convivi com elas, o assunto mais presente em nossas conversas era sobre o ideal materno a ser seguido e sobre o receio de não serem corretas ou suficientes em sua escolha de ficar ou não com a criança. A experiência da maternagem no cárcere reproduz crenças e ideais comuns a quem está do lado de fora das grades, como dúvidas sobre a amamentação e a respiração do bebê, e impõem outros, caracterizados por uma maior carga de disciplina e exclusão: como uma mulher em uma de suas fases mais sublimes está presa, cumprindo pena? Pode uma mãe, essa figura santificada, ter cometido um crime? Que direitos tem uma mulher que cometeu um crime de amar seu filho?



## Considerações finais

O ascendente e alarmante número da população carcerária feminina no Brasil, que cresceu 567,4% em um intervalo de 15 anos é, sem dúvida, um fenômeno que demanda reflexão e ação. Marcadas por um cotidiano de invisibilidade, exclusão e abandono, essas mulheres vivem o extremo das várias clausuras que o patriarcado nos impõe diariamente, em prisões institucionais mantidas por um Estado que ignora as especificidades de gênero no sistema prisional do seu país. Elas são, justamente, o perfil mais vulnerável à opressão de gênero no Brasil. Os dados do Infopen Mulheres e do Portal Fiocruz mostram como as pesquisas sobre a questão é recente e essa ausência histórica de informações reafirma a invisibilidade do tema e das mulheres.

O conceito de invisibilidade é central quando se trata das mulheres e do feminismo. O movimento recente, ou a chamada terceira onda do feminismo, exige, como uma de suas pautas, visibilidade e inserção das mulheres em todos os espaços que histórica e socialmente nos foram negados – a rua, a escola, o bar, a política. E quando se trata da mulher em situação de privação de liberdade essa invisibilidade é ainda maior, dada toda a carga de preconceito que esse espaço carrega: quantos homens estão na fila para o dia de visita? Onde fica a penitenciária feminina mais próxima da sua casa, você saberia chegar nela? O que pensam e dizem essas mulheres? Como tornar esse tema visível, em especial o das mulheres grávidas e recém-mães que vivem hoje em prisões?

Acredito que o audiovisual é uma ferramenta potente para a construção dessa visibilidade. Inseridos em uma sociedade em que o aparato audiovisual está presente em praticamente todos os ambientes públicos e privados, desde a TV na sala ou nos quartos da maioria das casas, até o telefone celular sendo manuseado em transportes coletivos, escolas e hospitais, seja com meio de informação ou de entretenimento, investir na realização de um documentário sobre mulheres grávidas e recém-mães foi a forma que encontramos, e aqui falo por toda a equipe do filme, de contribuir para que essa reflexão, ou ao menos um pequeno incômodo, pudesse chegar a plateias que certamente nunca haviam parado para pensar sobre a questão. Especialmente no contexto brasileiro, onde para muitos “bandido bom é



bandido morto”, acredito que há muito a ser feito, seja na academia ou fora dela, para que a população privada de liberdade, em especial as mulheres, possa ser vista, ouvida e tratada com maior respeito e dignidade.

## Referências bibliográficas

ANCINE. *Presença feminina no audiovisual brasileiro*. Junho de 2016. Disponível em: <<http://www.ancine.gov.br/pt-br/node/19449>>. Acesso em: 27/06/2017.

BORDO, Susan. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. JAGGAR, Alison, BORDO, Susan. *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, pp. 19-41.

DINIZ, Debora. *Cadeia: relatos sobre mulheres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.

INFOPEN MULHERES. *Levantamento nacional de informações penitenciárias*. Depen – Departamento Penitenciário Nacional, Ministério da Justiça, Brasil. Presidenta Dilma Rousseff. 2014. 42 páginas. Disponível em <<http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>>. Acesso em 17/07/2015.

LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. 5ª edição. México, D.F.: Siglo XXI, UNAM, 2014.

MONTERO GARCÍA-CELAY, Mª Luisa, NIETO NAVARRO, Mariano. *El patriarcado: una estructura invisible*. Julho de 2002. 11 páginas. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/88485809/El-Patriarcado-Estructura-Invisible>>. Acesso em: 23/06/2017.

PENAFRIA, Manuela. Análise de filmes: conceitos e metodologia(s). In: VI Congresso SOPCOM, Lisboa, 2009. *Anais eletrônicos*. Lisboa, SOPCOM, 2009. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/bocc-penafria-analise.pdf>. Acesso em: 17/06/2017.

PORTAL FIOCRUZ. *Nascer nas prisões: gestação e parto atrás das grades no Brasil*. Junho de 2017. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/nascer-nas-prisoas-gestacao-e-parto-atras-das-grades-no-brasil>>. Acesso em: 03/07/2017.

QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruem: a brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

## Filmografia:

*C(elas)*, 2017, dir.: Gabriela Santos Alves

